

António Gomes Ferreira
Ana maria Parracho Brito

Universidade de Coimbra

►► A existência de um país pode bem comparar-se à de um indivíduo. Nasce num determinado momento, evolui, tem crises mais ou menos marcantes, desenvolve laços de amizade ao longo do seu percurso em conformidade com os seus interesses, possui a sua cultura, cultiva uma imagem de si, ostenta e administra a riqueza que alcançou, impõe-se ou submete-se a outros, relaciona-se com quem pode e, quase sempre, tem vizinhos com quem se entende ou não. No caso de Portugal e de Espanha, pode-se imaginá-los como vizinhos e parentes, que, nuns momentos, convivem e, noutros, se zangam. No período que abordamos, as relações entre os dois países passaram exactamente por fases de maior compreensão e colaboração e por outras de indiferença, desconfiança e desavença.

Com o fim da 1ª República portuguesa, em consequência do golpe de Estado militar de 28 de Maio de 1926, foi possível alcançar-se um entendimento entre Portugal e a Espanha facilitado pelas afinidades políticas entre os dois governos, ambos nacionalistas e autoritários, depois de o relacionamento entre os dois países ter atravessado dificuldades provocadas pelo desentendimento entre o regime republicano português e o regime monárquico existente no país vizinho. Todavia, a cordialidade das relações entre os dois países durante os finais dos anos 20, confirmada por encontros de alto nível, foi interrompida com o advento da 2ª República espanhola, sobretudo, enquanto prevaleceu a linha radical no controlo da situação política em Espanha já que apoiou declaradamente a oposição portuguesa na convicção de que a sobrevivência da república dependia da uniformização política nos dois países e duma unificação ibérica inspirada nos princípios da democracia.

A partir do fim do ano de 1933, com uma orientação política mais moderada em Espanha, voltou a ser possível o entendimento entre os dois Estados da Península, chegando a estar previsto a assinatura dum tratado de amizade e não-agressão que se não concretizaria, em virtude das eleições de Fevereiro de 1936 terem possibilitado o regresso à liderança da linha radical e, nomeadamente, de Manuel Azaña. Não tardou, no entanto, que a Espanha visse a sua situação política entrar em ebulição e, com o arranque da revolução e o golpe falhado de Franco contra a República, em Julho desse mesmo ano, sentisse deflagrar uma guerra civil no seu seio. Em face do conflito que se instaurou no país vizinho,

Oliveira Salazar decidiu naturalmente apoiar os nacionalistas espanhóis e, por isso, só podia estar satisfeito no fim da guerra civil espanhola, diante o triunfo dos franquistas. Na verdade, a guerra na Europa alterava de novo os dados e causava preocupação ao governo português. A Espanha, cada vez mais alinhada com as potências do Eixo tentava servir-se do poder militar alemão para avançar sobre territórios do Norte de África e submeter Portugal. A tentação hegemónica peninsular dos franquistas colocava, mais uma vez, a questão do “perigo espanhol”, aspecto a que o Estado Novo português deu particular importância no plano diplomático e que de certo modo justificava a insistência da afirmação de Portugal face à Espanha nas narrativas históricas dos textos dos manuais do ensino primário.

Ainda que o percurso das relações entre Portugal e Espanha possa ter suscitado a pertinência da necessidade do trabalho pedagógico em prol do reconhecimento do esforço dos antepassados na construção duma pátria portuguesa, será de todo conveniente atendermos à situação político-educativa onde se inscreve a produção/reprodução do discurso sobre os momentos decisivos que permitiram a Portugal impor-se como país independente. Importa, desde já, esclarecer que, inicialmente, apenas havia uma ditadura, imposta por um movimento militar, em Maio de 1926, que muitos republicanos concordaram ser necessária para acabar com os excessos e sobressaltos políticos ocorridos durante os 16 anos anteriores da 1ª República. O Estado Novo foi uma realidade construída a partir do início dos anos 30, um regime moldado por Salazar, profundamente conservador, centralizador e autoritário, que vigorou até Abril de 1974.

Na verdade, tudo começou quando, nos primeiros anos da ditadura nacional, emergiu como homem providencial o então ministro das finanças, António de Oliveira Salazar, que conseguira disciplinar a economia portuguesa e arrecadar grande quantidade de ouro nos cofres do Banco de Portugal. Em virtude do prestígio granjeado não tardou em ser nomeado, em Julho de 1932, Presidente do Governo, passando, a partir de então, a governar o país com mão dura, e a chefiar um regime que haveria de sobreviver muitos e muitos anos.

No campo educativo, embora os primeiros anos da ditadura não rompessem completamente com o esquema da instrução da 1ª República, começaram, desde logo, a desenhar a tendência que caracterizaria a política educativa do Estado Novo: proibia-se a coeducação no ensino primário elementar, o mesmo grau de ensino era reduzido para três anos de escolaridade, quando na 1ª República era de cinco, eram criados os “postos de ensino” onde leccionariam os “regentes escolares”, ou seja, pessoas a quem não se exigia qualquer habilitação específica e os programas passavam a dar especial relevância a matérias de feição religiosa, moralista e nacionalista. No entanto, somente em Janeiro de 1936, nomeado

Carneiro Pacheco como ministro da instrução pública, se avançaria convictamente com uma política educativa mais coincidente com o pensamento de Oliveira Salazar.

Breves semanas depois de nomeado como ministro Carneiro Pacheco, era aprovada pela Assembleia Nacional uma lei intitulada “Remodelação do Ministério da Instrução Pública” onde se definiam as grandes bases que determinavam o sentido da política a seguir pelo Estado Novo neste domínio. Logo à entrada da lei, a alteração do nome do Ministério da Instrução Pública para Ministério da Educação Nacional deixava transparecer a nítida intenção do regime em privilegiar a educação em detrimento da instrução. Para a generalidade da população entendia-se bastar uma instrução rudimentar assente no ler, escrever e contar, articulada com conteúdos que deviam favorecer o apego ao nacionalismo e ao catolicismo.

Relevantes para o assunto que estamos a abordar são as Bases IX e X que se debruçam precisamente sobre os programas e sobre os livros de ensino. Na Base IX dizia-se que seriam “revidos os quadros das disciplinas e respectivos programas em todos os graus de ensino” e na seguinte afirmava-se que nos estabelecimentos de ensino de todo o País, com exclusão do superior, haveria um único compêndio para cada ano ou classe nas disciplinas de História de Portugal, de História Geral, de Filosofia e de Educação Moral e Cívica.

Ainda no mesmo ano de 1936, publicava-se um decreto-lei com a indicação do currículo a ser ministrado ao ensino primário obrigatório e nele fica bem claro quanto esse ensino deveria ser reduzido ao mínimo: “Língua Portuguesa (leitura, redacção, e feitos pátrios); Aritmética e Sistema Métrico; Moral; Educação Física; Canto Coral”. O texto que antecede o articulado justifica a opção por tal currículo afirmando “que o ensino primário elementar trairia a sua missão se continuasse a sobrepor um estéril enciclopedismo racionalista, fatal para a saúde moral e física da criança, ao ideal prático e cristão de ensinar bem a ler, escrever e contar, e a exercer as virtudes morais e um vivo amor a Portugal”.

Ora para que tal desiderato fosse conseguido era importante que os manuais reflectissem esta posição oficial e, portanto, o melhor era mesmo conseguir produzir um livro capaz de aliciar as crianças e de, simultaneamente, ser eficaz no que diz respeito à formação duma mentalidade nacionalista e católica. Foi exactamente com esse intuito que o mencionado decreto-lei avançou para a “imediate caducidade da aprovação oficial de todos os livros do ensino primário”, deixando espaço para uma iniciativa organizada e controlada pelo Ministério.

De facto, em 1937, abria-se um concurso público para a elaboração do texto para livro único, todavia, depois de recebidos os originais, nenhum seria consi-

derado digno de aprovação pelo que se encarregou uma comissão de técnicos de “reconhecido mérito pedagógico, literário e científico”, para concretizar a ideia do Governo. Como era de esperar, os livros publicados sob a chancela daquela comissão são claros instrumentos de propaganda do Estado Novo, encarecendo, sobretudo, tudo o que eram instituições fundamentais do seu ideário.

Estes livros, divulgados a partir dos anos 40, dizem respeito somente aos três primeiros anos uma vez que, para o quarto ano de escolaridade, nunca existiu um manual único mas vários e, se bem que uns mais utilizados do que outros, não se chega a perceber como funcionava a escolha dos mesmos. Considerados na sua globalidade, estes manuais cujo carácter nacionalista tem sido sobejamente denunciado, mostram-se, sobretudo, profundamente ideológicos. De facto, as referências de teor estritamente nacionalista não são, em alguns casos, muito relevantes e, por outro lado, o nacionalismo era tão só um dos elementos da fundamentação ideológica do Estado Novo.

Na verdade, o que mais ressalta nestes livros dos três primeiros anos de escolaridade, quando comparados com livros congéneres publicados durante a década de 30, é o espaço dedicado à religião. Cada um dos três livros apresenta dezenas de páginas de doutrina católica, que deviam funcionar como catecismo,¹ para além de outras tantas com referências a aspectos de natureza religiosa. Em face do espaço ocupado, não temos dúvidas que o Estado Novo considerava a religião católica como uma trave estruturante da sua ideologia.

No que toca a outros aspectos, não é tão fácil delimitar linhas de ruptura entre os livros da escola primária publicados durante os anos 30 e os livros que foram concebidos pelo Estado Novo e publicados a partir do início da década seguinte. O país, na sua generalidade parecia continuar muito virado para os seus particularismos: a diversidade de suas terras e gentes, a história-pátria, os monumentos e as personalidades, as tradições e as fábulas mais significantes do imaginário português.

De qualquer modo, o patriotismo não deixa de estar presente até nos livros da 1ª e 2ª classes. Os exemplos mais significativos encontram-se em *O Livro da Primeira Classe*, tanto mais que em qualquer dos casos, a forma como se aborda o assunto demonstra um claro propósito de impressionar as crianças: num, o texto, que encima uma ilustração em que figuram crianças a cantar incita:

¹ *O livro da primeira classe*, Porto: Editora a Educação Nacional, Lda.; *O livro da segunda classe*, 6ª Edição, Porto: Editora Educação Nacional, 1958; *O livro de leitura da 3ª classe*, 2ª Edição, Porto: Livraria Editora Figueirinhas, Lda., 1954.

“Arraial, ó lusa gente,/Arraial, arraial, arraial!/Arraial, que alerta está/Quem por bem salvará Portugal!”;² noutro, uma página inteira apresenta um desenho muito colorido onde duas crianças colocadas no canto inferior olham respeitosas e embevecidas um mapa de Portugal que se situa por cima das suas cabeças.³

Nos outros manuais dedicados às duas primeiras classes, os textos de teor nacionalista também aparecem mas não com a mesma força. Em *O bom amigo*, livro destinado à primeira classe e publicado em 1933, Portugal aparece somente no fim do manual e numa página dedicada mais concretamente à bandeira nacional⁴ enquanto em *O meu livro de leitura*, destinado igualmente à primeira classe e que circulou nos anos trinta, se apresenta apenas um pequeníssimo texto, em que Portugal surge como a pátria que todos os portugueses deviam amar, ideia que se encontra repetida noutros manuais do mesmo ano de escolaridade.⁵ De qualquer modo, olhando para a generalidade dos manuais de leitura que eram utilizados pelos alunos que frequentavam as duas primeiras classes, é bem notório que Portugal, considerado na sua globalidade e como entidade soberana e simbólica, tinha um aparecimento fugaz.

Os livros dos dois primeiros anos de escolaridade, demonstrando evidentes preocupações pedagógicas, tendiam a debruçar-se sobre uma realidade que se pretendia mais adequada à compreensão infantil e, por isso, limitavam-se a apresentar figuras e textos acerca de objectos ou ambientes pretensamente familiares aos pequenos alunos. Se os livros destinados aos dois primeiros anos de escolaridade procuravam temáticas mais próximas e familiares das crianças, as referências espaciais alargavam-se quando se passava aos livros para as terceira e quarta classes. Nestes anos do ensino primário é também já bem evidente a preocupação em reforçar a componente mais relacionada com o imaginário da identidade portuguesa, surgindo nos manuais, publicados, quer antes de 1940 quer depois, já bastantes textos que se referem a Portugal tanto numa perspectiva geográfica e histórica como cultural. A história portuguesa é agora alvo de inúmeras referências e é em volta dela e de aspectos característicos de algumas regiões portuguesas que se tenta construir a especificidade do país. Portugal é apresentado como uma

² *O livro da primeira classe*, Porto: Editora a Educação Nacional, Lda., p. 48.

³ *Idem, Ibidem*, p. 39.

⁴ CABREIRA, Estefânia e CABRAL, Oliveira, *O bom amigo, livro de leitura para a primeira classe*, Porto: Livraria Simões Lopes de Domingos Barreira, 1933.

⁵ SANTOS, José Maria dos e ABREU, Carlos Alberto Pinto de, *O meu livro de leitura, 1ª classe*, Coimbra, 1933, p. 26.

nação singular que, embora sediada no Continente Europeu, estava sobretudo orgulhosa da diversidade das suas regiões e virada para os seus territórios em África e na Ásia.

A quase totalidade das referências de carácter geográfico, histórico e cultural nos manuais de leitura do ensino primário ou dizem respeito a Portugal situado no continente europeu ou às suas colónias, consideradas como o Portugal Ultramarino.

As referências a outros países são muito mais raras. Por entre a abordagem dos aspectos relacionados com a geografia e a história, a Espanha aparece por vezes mencionada. No entanto, as referências de natureza geográfica são poucas e pouco relevantes. Resultam apenas da necessidade de narrar o facto ou de melhor esclarecer o limite duma região. O número das referências ao país vizinho aumenta em textos de natureza histórica mas estão fundamentalmente vinculadas a uns poucos episódios de resistência ao poder espanhol.

Na maioria dos casos, a referência à Espanha surge associada aos momentos mais decisivos da afirmação de Portugal como país independente. Nesses contextos históricos, a Espanha aparece naturalmente confundida com a secular ambição castelhana. Percebe-se da narrativa, que interessa menos o rigor histórico e mais a formação do imaginário nacional; à precisão da verdade sobrepõe-se, quase sempre, uma prosa sedutoramente maniqueísta. Os conflitos geraram heróis e heroínas que se apresentam como estandartes da soberania dos portugueses.

Aljubarrota é exemplo muitas vezes apresentado. Independentemente do protagonismo de D. João (Mestre de Avis) e de Nuno Álvares Pereira no desfecho da crise, não há dúvida que eles encarnavam a vontade nacional de resistir à submissão castelhana. Num texto de João de Barros, publicado num livro da terceira classe, aparece D. João “gritando aos seus soldados que defendessem a sua terra ameaçada, pois a liberdade da pátria dependia da coragem dos seus guerreiros” e a atirar-se à luta contra o “rei castelhano e os seus milhares de valentes, desesperados e raivosos” que acabam vencidos pela “coragem lusitana”.⁶

Num outro livro de leitura destinado ao mesmo ano de escolaridade, vemos os mesmos heróis enfrentando e desbaratando os “castelhanos que invadiam o nosso país”, em sucessivos recontros e batalhas. Realça o texto em determinado momento: “O aguerrido exército de Castela, servindo as loucas ambições do seu

⁶ Mateus, Clotilde e Correia, J. Diogo, *Leituras para a 3ª classe*, 5ª ed., 1937, pp. 72-73.

rei, foi em diversas batalhas derrotado pelo pequeno e mal organizado exército português. O que fazia grandes e invencíveis as pequenas hostes de Portugal era o sincero e grande amor que, à Pátria, tinham os portugueses”.⁷

No geral, e levando também em consideração os livros de leitura destinados à quarta classe, podemos dizer que este tipo de discurso tinha um intuito fundamentalmente de doutrinação patriótica. No entanto, sendo certo que o propósito dos textos não era denegrir o país vizinho (num outro livro da terceira classe publicado a partir da década de cinquenta, apenas se alude ao perigo da perda da independência e não se desconsidera a pretensão do rei castelhano⁸), a exaltação da acção vitoriosa das forças portuguesas, comandadas por essas duas emblemáticas figuras, era redigida de modo a que o valor do patriotismo português se sobrepusesse à ilegitimidade das pretensões do rei estrangeiro.

Para lá da crise de 1383-85, a Espanha aparece em vários livros de leitura destinados às terceira e quarta classes relacionada com a restauração da independência de Portugal em 1640. Neste caso, há duas particularidades que sobressaem: fala-se de Espanha e já não de Castela e ela apresenta-se agora como país que oprimiu e humilhou portugueses de todos os estratos sociais. Num texto de Pinheiro Chagas que se encontra num livro para a quarta classe, publicado ao longo da década de trinta, considera-se o domínio espanhol desastroso para Portugal. Diz, a determinado momento, o texto:

No tempo de Filipe III, os exércitos espanhóis roubavam-nos para as suas fileiras uma boa parte da população válida. A agricultura, estagnada desde muito não tinha agora nem sequer a compensação na opulência do comércio. As nações inimigas da Espanha, conjurando-se contra nós, roubavam-nos os navios, paralisavam os negócios, estagnavam as fontes de riqueza pública.⁹

A partir de idêntica visão sobre a administração filipina, um texto de outro livro de leitura da quarta classe explica o desencadear dos acontecimentos que levaram à restauração da independência de Portugal:

Tendo-se revoltado a Catalunha, província espanhola, ordenou o governo de Espanha que tropas portuguesas fossem combater os revoltosos. Ora, esta ordem deu grande impulso às ideias de independência, que dominavam já em Portugal.

⁷ Pimenta, Romeu e Evangelista, Domingos. *Livro de Leitura para a 3ª classe*, 1933, pp. 15-16.

⁸ *Livro de Leitura da 3ª classe*, 2 ed., 1954, pp. 75-76.

⁹ Mateus, Clotilde e Correia, J. Diogo, *Leituras para a IVª classe*, 3ª ed., 1937, p.124.

(...)

Finalmente, no dia 1 de Dezembro desse ano de 1640, rebenta a revolução, que triunfa em Lisboa. Os conjurados invadem o paço tumultuosamente, e procuram o traidor Miguel de Vasconcelos. Encontraram-no, escondido, num armário de papéis. Matam-no e lançam o seu corpo à rua.

A duquesa de Mântua, surpreendida, tenta acalmar os ânimos com promessas. Mas debalde. Fora do Paço, uma multidão enorme grita Liberdade! Liberdade!¹⁰

Outros livros de leitura salientavam que seria ainda preciso vencer pequenas e grandes lutas até que a independência fosse reconhecida pelo governo espanhol.¹¹ O facto de se apresentar o domínio filipino como muito nefasto para Portugal e de ter sido difícil e demorado o reconhecimento da independência favorecia o desenvolvimento duma relação marcada pelo distanciamento dos dois países ibéricos. Pode-se dizer, que o temor da pretensão do domínio da Espanha sobre Portugal se construiu sobre estas narrativas de acontecimentos passados mesmo se estas procuravam sobretudo fundamentar uma dinâmica social nacionalista e patriótica assente na vontade dos antepassados. Vontade essa de que foi primeiro protagonista o primeiro rei de Portugal, como sublinha um texto modificado de Alexandre Herculano incluído num livro de leitura para a quarta classe:

Se na batalha do campo de S. Mamede, em que D. Afonso Henriques arrancou definitivamente o poder das mãos de sua mãe, ou antes, das do conde Trava, a sorte das armas lhe houvera sido adversa, constituíramos provavelmente hoje uma província de Espanha.¹²

A Espanha surge assim como o incontornável vizinho com quem se não quer ter relações demasiadamente familiares mas com quem tem de se conviver.

A ideia de vizinhança está bem presente nos textos dos manuais de geografia. O livro de geografia para as terceira e quarta classes do ensino primário publicado na primeira metade da década de quarenta, depois de distinguir as quatro grandes potências europeias –Inglaterra, França, Alemanha, Itália–, coloca a Espanha precisamente a ocupar a Península Ibérica juntamente com Portugal.

¹⁰ *Livro de Leitura da 3ª classe*, 2 ed., 1954, pp. 120-121.

¹¹ Clotilde e Correia, J. Diogo, *Leituras para a 3ª classe*, 5ª ed., 1937, pp. 86-87; *Livro de Leitura da 3ª classe*, 2 ed., 1954, pp. 159-160.

¹² Mateus, Clotilde e Correia, J. Diogo, *Leituras para a 4ª classe*, 3ª ed., 1937, p.23.

Redacção muito semelhante apresentam outros dois compêndios de geografia publicados já na segunda metade do século XX.¹³ No publicado nos anos cinquenta, escreve-se o seguinte texto:

São muitas as nações que constituem a Europa como vemos no mapa junto, pois cada parte colorida corresponde a uma nação.

Entre essas nações destacaremos as quatro mais importantes: A Inglaterra (...), a França (...), a Alemanha (...) e a Itália (...).

Portugal faz também parte da Europa, formando juntamente com a Espanha a Península Ibérica.

Esta península fica situada a sudoeste da Europa à qual se liga pelos montes Píreus que separam a França da Espanha. Na parte ocidental da Península fica Portugal, tendo como capital Lisboa, e na parte oriental fica a Espanha, tendo como capital Madrid.¹⁴

Quando analisamos livros de geografia do ensino secundário de então, a informação sobre a Espanha aumenta e o país vizinho torna-se mais diversificado. Além das características físicas e climáticas de Espanha, os textos não esquecem de especificar alguns dos aspectos económicos mais relevantes das principais regiões do país. Num compêndio publicado em meados do século XX afirma-se até que a “população espanhola é constituída pelos mais variados povos (Bascos, Catalães, Andaluzes, Castelhanos)”¹⁵

Nos livros de geografia publicados até aos anos cinquenta a Espanha não aparece como um país desenvolvido.

A Espanha é sobretudo um país agrícola; a sua vida económica não tem grande relevo, por vários factores, como insuficiência de caminhos de ferro e pobreza do solo nalgumas regiões. Dedicam-se à criação de gado, carneiros merinos que praticam a transumância, cabras e touros; nas montanhas criam-se burros e muars.¹⁶

Nos compêndios publicados nos anos sessenta a apreciação sobre a capacidade económica da Espanha é claramente mais favorável. Em a *Geografia para*

¹³ Figueirinhas, António, *Geografia para a 3ª e 4ª classes do ensino primário elementar*, 1943, pp. 24-25; Branco, António, *Geografia – Portugal Continental, Insular, Ultramarino*, s/d, p. 24.

¹⁴ Figueirinhas, António, *Geografia para a 3ª e 4ª classes do ensino primário elementar*, 1943, pp. 24-25.

¹⁵ Moura, Alves de; Vieira, Evaristo; Palma, Américo, *Compêndio de Geografia*, 1951, p.134.

¹⁶ Moura, Alves de; Vieira, Evaristo; Palma, Américo, *Compêndio de Geografia*, 1951, p.135.

os cursos de *aperfeiçoamento industrial* torna-se bem claro que em Portugal se percebe que a Espanha evoluiu e que se está a transformar num país industrializado. Sinteticamente, como convinha a um manual, afirmava-se:

No que se refere a Espanha, o seu desenvolvimento económico tem progredido bastante nos últimos anos.

A Espanha é o 1º produtor mundial de azeite e o 3º de vinho. (...)

Hulha, ferro, aço, zinco são os principais minérios da zona norte; para sul, as suas produções são pirites, mercúrio e potassa.

Espalhados, encontram-se ainda no sub-solo espanhol, diversas pedreiras de mármore, minas de prata, estanho, chumbo, etc.

A cidade mais industrializada é Barcelona. E aqui, como outros centros espanhóis, há fábrica de aviões, automóveis, locomotivas, aparelhos eléctricos e tv., bem como outras indústrias sobretudo dos sectores da metalurgia e da metalo-mecânica.¹⁷

Na descrição física, a Espanha aparece inevitavelmente associada a Portugal. Um início de texto de um *Compêndio de Geografia* para o ensino secundário ilustra bem a relação de identidade geográfica entre os dois países ibéricos:

Situada na Península Ibérica (A Espanha), é limitada pelo golfo de Gasconha, França, Mediterrâneo, Atlântico e Portugal.

O território espanhol está quase todo ocupado pelo planalto central ou Meseta, que se prolonga para Portugal.¹⁸

Esta ideia de pertença a um mesmo espaço geográfico está, de facto, muito presente nos manuais de geografia. Num deles, publicado nos anos sessenta, quase se esquece a divisão política que caracterizava a Península Ibérica. O relevo, o clima, os rios, a vegetação são abordados como se tratasse de justificar uma identidade comum. Vejamos dois exemplos, considerando o relevo e os rios:

Além dos Pirenéus e Cantábricos, a N., há a considerar sobretudo na península os relevos da Meseta Ibérica, que formam quatro sistemas, com representação em Portugal, e que na devida oportunidade estudamos; o Galaico-Duriense, o Lusitano-Castelhano, o Toledano e o Mariânico.

¹⁷ Neves, Armando, *Geografia para os cursos de aperfeiçoamento industrial*, 1962, p. 159.

¹⁸ Moura, Alves de; Vieira, Evaristo; Palma, Américo, *Compêndio de Geografia*, 1951, pp. 132-133.

Ao primeiro pertencem as serras da Galiza e as do N. De Portugal até ao Vouga; ao segundo, as de Guadarrama, Gata, Gredos, Estrela e outras; ao terceiro, as serras de Toledo e S. Mamede, em especial; e, por fim, ao último, as serras Morena, Espinhaço de Cão, Monchique, etc.

(...)

A parte mais bela, mais povoada e melhor cultivada de Espanha é a vertente oriental, que compreende a grande bacia do Ebro.

À vertente ocidental pertencem as regiões superiores das bacias dos rios Minho, Douro, Tejo e Guadiana, cuja parte inferior pertence a Portugal, e toda a bacia do Guadalquivir, separadas umas das outras por três cadeias de montanhas paralelas.¹⁹

Esta evidente transversalidade do espaço geográfico não ajudava à definição da identidade portuguesa. A necessidade de fundamentação do sentimento patriótico, tão conveniente num tempo em que se sentia algum “perigo Espanhol” e em que era preciso segurar as colónias ultramarinas, levava a que se explorassem os momentos mais dramáticos relacionados com a afirmação da independência de Portugal. Deste modo, a História de Portugal, aliás de acordo com o pensamento de Salazar, constituiu um veículo fundamental de consolidação do imaginário nacional e, como tal, procurou sempre legitimar as razões que sustentavam a luta dos portugueses pela independência.

Não admira, por isso, que a Espanha apareça nos livros de História, como já se viu nos textos de leitura, associada aos momentos mais decisivos para afirmação de Portugal como país soberano.

Considerando os livros de História de Portugal para o ensino primário, depreende-se que a formação das nacionalidades surge no contexto da cruzada cristã contra os mouros e sobretudo da vontade e da ambição pessoal de alguns notáveis das forças cristãs. Num dos manuais narra-se assim a Reconquista Cristã:

Os Visigodos, que se haviam refugiado nas Astúrias, comandados por Pelágio, derrotam os Mouros na batalha de Covadonga.

Pelágio é aclamado rei das Astúrias e, a pouco e pouco, vai alargando os seus territórios... Assim, nasceu o primeiro reino cristão da Península – o reino das Astúrias, mais tarde chamado de reino de Leão.

¹⁹ Neves, Armando, *Geografia para os cursos de aperfeiçoamento industrial*, 1962, pp. 156-157.

As lutas contra os Mouros, na Península, as chamadas lutas de Reconquista Cristã, travam-se em toda a parte.

E outros reinos cristãos se formam: o reino de Galiza, o reino de Navarra, o reino de Castela...”²⁰

Esta situação justificaria que outros interesses podiam legitimar nova autode-terminação. A coragem de D. Henrique contra os Mouros foi premiada com o casamento de D. Teresa e o Condado de Portugal. “Porém – como nos narra a *História da Pátria Portuguesa* – no espírito de D. Henrique e de D. Teresa nasceu sem demora o desejo de se libertarem do reino de Leão”.²¹ No entanto, tal só veio a acontecer como o filho, D. Afonso Henriques. Escreve-se num livro de História de Portugal:

O rei de Leão, vendo que não tem forças para submeter D. Afonso Henriques, promete reconhecê-lo como rei independente.

Em 1143 realiza-se a Conferência de Zamora: na presença do cardeal Guido de Vico, enviado do Papa Inocêncio II, D. Afonso VII, rei de Leão, reconhece D. Afonso Henriques como rei de Portugal”.²²

A partir desta data, foram frequentes os conflitos militares entre os reinos, cruzou-se sangue de famílias reais peninsulares e, por vezes, os exércitos dos dois países combateram juntos os mouros. Estes são aspectos tratados nos livros de História que quase nunca são abordados nos de leitura. De qualquer modo, a crise de 1383-85, o período filipino e a Restauração da Independência, em 1640, são os momentos que envolvem a Espanha que merecem mais atenção aos manuais de divulgação histórica e aqueles que condicionarão o desenvolvimento do imaginário das relações entre os dois países ibéricos.

Os acontecimentos que rodearam a crise de 1383-1385 eram em geral tratados mais para estimular o fervor patriótico do que o sentimento anti-espanhol, mas a forma como eles eram abordados não deixariam de favorecer desconfianças e distanciamento. O problema punha-se em torno da sucessão de D. Fernando e, como definiu Chagas Franco,²³ “D. João I de Castela que, segundo

²⁰ Rosas, Ernâni, *História de Portugal*, s/d., p.12.

²¹ Cabreira, Estefânia; Cabral, Oliveira, *História da Pátria Portuguesa*, p. 11.

²² Rosas, Ernâni, *História de Portugal*, s/d., p. 24.

²³ Franco, Chagas, *História de Portugal*, p. 51.

os costumes, se julgava com todo o direito ao trono, tinha muitos partidários entre os nobres”, nobres portugueses, como se percebe. De facto, não tendo D. Fernando filho varão que lhe sucedesse no trono e deixando sua filha, Beatriz, casada com D. João, rei de Castela, então, escreve-se na *História da Pátria Portuguesa*²⁴, “o povo viu que, se não se revoltasse, correria perigo a independência da Pátria”. Ora, como realça o referido manual, isso é que o povo “nunca consentiria, porque a independência é sagrada e por ela devemos morrer se for preciso”. Seguindo um raciocínio idêntico, ainda que expresso de modo bem mais sintético, Ernâni Rosas escrevia, na sua *História de Portugal*: “A independência de Portugal corria perigo. O povo não queria ser governado por um rei castelhano, e revoltou-se...”.²⁵ Esta legitimação-quase-incitação à acção patriótica do povo coloca-nos claramente diante da dimensão ideológica e instrumental da difusão da História e de como, ao pretender-se acentuar uma dimensão, neste caso a da independência do país, se desenvolve, consciente ou inconscientemente, outra, aqui concretizada num sentimento de reserva e de desconfiança face ao país vizinho. Na verdade, a forma como se narra o desenrolar do conflito contribuiria para reforçar a ideia da ameaça que vinha do lado de lá da fronteira: a pretensão do rei castelhano surgia sempre representada por um grande e poderoso exército, que só foi possível vencer à custa de grande sacrifício, do abnegado espírito patriótico do povo e da coragem e inteligência dos comandantes do pequeno exército português, o Mestre de Avis e Nuno Alvares Pereira.

Bem mais breve, porque relatando uma crise com desfecho pouco favorável à causa da independência de Portugal, a narrativa sobre a sucessão do Cardeal D. Henrique, em 1580, decorre sob a memória dos acontecimentos que tinham permitido ao Mestre de Avis iniciar a dinastia que terminava com o velho Cardeal-rei. A situação depois da derrota em Alcáce-Quibir era muito grave. “Como D. Sebastião nunca se casara, nem tivera filhos e o cardinal D. Henrique os não podia ter, os pretendentes ao trono começaram a surgir. Os principais eram: Filipe II, rei de Espanha; D. António, Prior do Crato; e D. Catarina, Duquesa de Bragança; todos netos de D. Manuel”.²⁶ Desta vez também havia quem interpretasse a pretensão do monarca espanhol como uma ameaça à independência de Portugal e, por isso, defendesse os direitos do Prior do Crato, como fez Febo Moniz, representante do povo de Lisboa. Todavia, como forçosamente tinham de concluir os manuais, os acontecimentos não seguiram o sucesso dos de finais do século XIV.

²⁴ Cabreira, Estefânia; Cabral, Oliveira, *História da Pátria Portuguesa*, p. 39.

²⁵ Rosas, Ernâni, *História de Portugal*, *sld.*, p. 49.

²⁶ Franco, Chagas, *História de Portugal*, pp. 94-95.

No texto da *História da Pátria Portuguesa* pretende-se quase explicar porque se caiu na angustiada situação. “D. António dispunha somente do apoio do Povo, que via nele um segundo Mestre de Avis. A nobreza e o alto clero eram a favor do rei de Espanha. Para isso contribuíram muito as mercês e os ducados de ouro que, por intermédio do traidor Cristóvam de Moura, fez distribuir à larga. Porém a plebe, em Santarém, aclamou rei o Prior do Crato. O novo monarca, a quem faltava o braço dum outro Nun’Alvares Pereira, marchou para Lisboa e ali, às portas da cidade, foi vencido, na batalha de Alcântara, pelo Duque de Alba. Assim se pôs um ponto final no tão breve reinado do infeliz D. António”.²⁷ A partir de então, como concluía Ernâni Rosas, “Portugal, durante 60 anos, viverá tristemente sob o domínio espanhol”.²⁸ O povo, mais uma vez, estivera alerta e pronto mas faltaram lideranças fortes que o conduzissem à vitória e à preservação da independência do país. A lição parecia simples: sempre que tal acontecesse, o país poderia ser presa fácil da ambição estrangeira. Assim, tal como se verificava naquele momento político, com o Estado Novo, um governo forte e apostado em defender os valores tradicionais impediria que uma qualquer ameaça externa se concretizasse numa submissão da nação portuguesa.

O contexto ideológico de fervor nacionalista vigente em Portugal e o tipo de manuais que temos em presença condicionavam a produção de um discurso bastante desfavorável ao período da governação filipina. Os textos apresentam um país desprezado, dependente dos interesses da Espanha, violentado na sua dignidade e oprimido. Na *História de Portugal*, de Chagas Franco, lê-se: “O domínio dos Filipes desencadeava os maiores infortúnios sobre Portugal. Os impostos eram esmagadores, a opressão violenta, a indústria e o comércio estavam arruinados”.²⁹ Já Filipe III de Espanha desenvolvera uma política de enfraquecimento de Portugal e, por isso, o “seu reinado, de negra memória, aumentou, pois, a nossa desgraça”.³⁰ O pior, contudo, e os manuais são unânimes, veio com Filipe IV que os portugueses cognominavam de o “Opressor”.³¹ A razão disso podia-se ver nas breves mas incisivas linhas da *História da Pátria Portuguesa*: “O seu primeiro ministro, Conde-Duque de Olivares, só tinha em vista a ruína de Portugal. Exigia todos os anos tão grandes contribuições, que o país, para as

²⁷ Cabreira, Estefânia; Cabral, Oliveira, *História da Pátria Portuguesa*, p.73.

²⁸ Rosas, Ernâni, *História de Portugal*, s/d., p. 73.

²⁹ Franco, Chagas, *História de Portugal*, p. 107.

³⁰ Cabreira, Estefânia; Cabral, Oliveira, *História da Pátria Portuguesa*, p. 77.

³¹ Rosas, Ernâni, *História de Portugal*, s/d., p. 91; Cabreira, Estefânia; Cabral, Oliveira, *História da Pátria Portuguesa*, p. 77; Barros, Tomás de, *Sumário da História de Portugal*, p. 108.

pagar, tinha de passar misérias e fomes. Tirava de Portugal grandes levas de soldados para irem combater nos Países-Baixos. Exigiu que os fidalgos auxiliassem o rei para dominarem a Catalunha. Por sua culpa fomos expulsos do Japão e perdemos a fortaleza de Malaca, bem como grande parte do Brasil. Deu-nos como governadora a Duquesa de Mântua e como seu secretário, o tirano Miguel de Vasconcelos. Tantas malfetorias fizeram com que Évora se revoltasse em 1637, e a população aclamasse como rei um falso D. Sebastião, o célebre Manuelinho. A revolta foi afogada em sangue. Tornava-se, porém, insuportável tal perseguição. Antes morrer que viver assim”.³²

Os comentários que acompanham as narrativas são bem elucidativos da pertinência endoutrinante destas. Eles sublinham e indicam as ilações a tirar da descrição apresentada. Com os Filipes, Portugal passou a ser uma simples província de Espanha³³ e os portugueses passaram a ser um povo oprimido. Perante o descontentamento geral, um grupo de fidalgos portugueses conspira, convidam D. João, o duque de Bragança, para rei e encontram apoio até na mulher deste, a espanhola D. Luísa de Gusmão, “que se revela tão portuguesa como os melhores portugueses”.³⁴ Por fim... “No dia 1º de Dezembro de 1640 assaltam o Paço, prendem a duquesa de Mântua (que governava em Portugal em nome de Filipe IV), matam o traidor Miguel de Vasconcelos, e aclamam o duque de Bragança rei de Portugal. A Pátria renasce: é a Restauração de Portugal!”³⁵ No entanto, as coisas foram bem mais complicadas. O manual de Tomás de Barros resume a situação dos anos imediatamente seguintes assim: “A Espanha, como desde logo se supôs, não abandonou a ideia de reconquistar Portugal. Começou por nos hostilizar até 1644 com pequenos recontros na fronteira: eram os primeiros preparativos para a Guerra da Restauração. Em Maio daquele ano (1644), deu-se a primeira batalha importante. O exército português, comandado por Matias de Albuquerque, invadiu a Espanha e desbaratou, em Montijo, as tropas espanholas”³⁶. Não foram, de facto, fáceis e pacíficos esses tempos para Portugal, pois, só depois de muitos anos de desgastantes escaramuças e guerras, alcançou a paz com Espanha. Por outro lado, ninguém mais se interrogou sobre se o povo viu alteradas as precárias condições que tanto tinham contribuído para o descontentamento para com a coroa espanhola. O fundamental era acentuar o esforço dos ante-

³² Cabreira, Estefânia; Cabral, Oliveira, *História da Pátria Portuguesa*, pp. 77 e 78.

³³ Rosas, Ernâni, *História de Portugal*, s/d., p. 91.

³⁴ Rosas, Ernâni, *História de Portugal*, s/d., p. 92.

³⁵ Rosas, Ernâni, *História de Portugal*, s/d., p. 95.

³⁶ Barros, Tomás de, *Sumário da História de Portugal*, p. 116.

passados e destacar o arrojo e a valentia dos heróis na conquista e na preservação da independência do país. O que tanto tinha custado a obter a gerações e gerações de portugueses devia ser defendido com igual determinação por aqueles que tinham a oportunidade de se sentirem portugueses. O que estava em causa era a defesa da pátria e dos valores que lhe davam identidade. Ora, relativamente a Espanha, era especialmente a História que conferia singularidade a Portugal. Assim sendo, a restauração da independência tinha, forçosamente, de constituir um marco deveras significativo da sua existência e, como tal, não devia ser perturbada por quaisquer considerações que diminuíssem o valor e o significado do acontecimento.

Na verdade, de um modo geral, os textos históricos que referiam o país vizinho, insertos quer nos manuais de leitura quer nos livros de história destinados às crianças que frequentavam o ensino primário, estavam sintonizados com a compreensão da política externa salazarista e serviam bem a resposta a uma das suas grandes preocupações: a defesa da independência nacional perante o “perigo espanhol”. Não se pense que estamos diante duma ficção ideológica ou retórica política da época. Ao longo dos anos 30, como já vimos, e na primeira metade da década seguinte, o problema era olhado com seriedade. Como bem realçou Fernando Rosas, “mesmo para o Estado Novo, a ameaça não se limitava aos governos da esquerda republicana espanhola por interposto apoio político-militar à acção dos grupos oposicionistas exilados em Espanha, tendo como alegado objectivo a criação de uma ‘Federação das Repúblicas Socialistas Ibéricas’”.³⁷ Salazar também conhecia as confessadas pretensões anexionistas da Falange, acentuadas nos primeiros tempos do conflito mundial e isso não o deixou indiferente. De qualquer modo, tanto os debates estratégicos sobre a defesa de Portugal Continental como as medidas militares adoptadas desde os anos 30 até ao fim da II Guerra Mundial tiveram como pressuposto uma agressão espanhola, “fosse secundando grupos armados oposicionistas, fosse associada a um ataque das tropas hitlerianas”³⁸. É evidente que se percebia que o “perigo espanhol” não vinha só dos regimes hostis ao Estado Novo chefiado por Salazar e que, portanto, os latentes interesses hegemónicos de Espanha sobre a Península podiam despertar sempre que as condições políticas se mostrassem favoráveis. Não se podendo controlar essa eventualidade, convinha preparar o país para reagir, atendendo, obviamente, às componentes militar e, sobretudo, diplomática e apostando numa educação fortemente nacionalista que vincasse a vontade de se ser português numa pátria digna do esforço dos seus antepassados. Um tal contexto reforçava, naturalmente, a necessidade de se insistir sobre os momentos em que

³⁷ Rosas, Fernando, “O Estado Novo” in Mattoso, José, *História de Portugal*, vol VII, p.296.

³⁸ Rosas, Fernando, “O Estado Novo” in Mattoso, José, *História de Portugal*, vol VII, p.296.

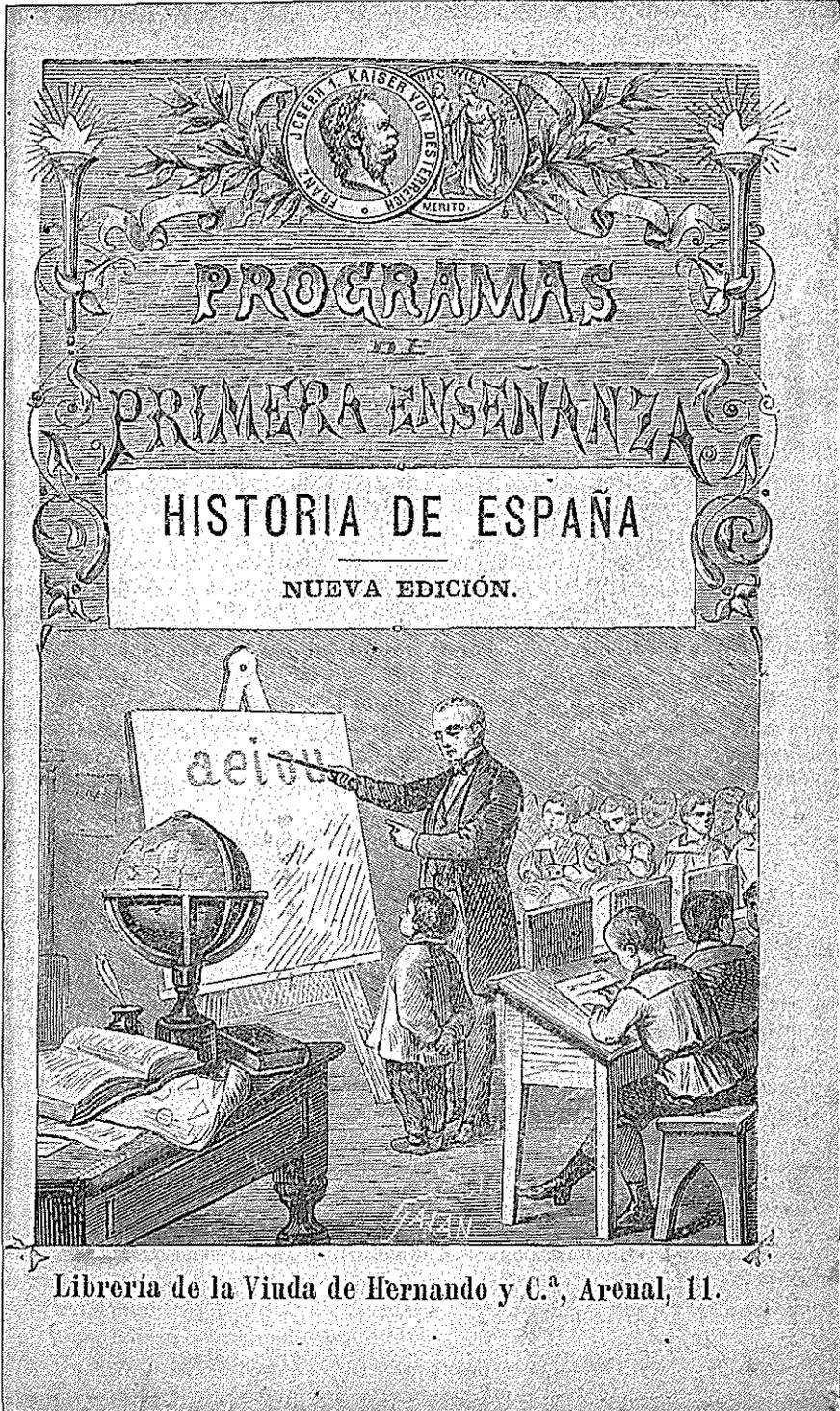
Portugal viu ameaçada a sua independência e sobre as personalidades que tornaram possível resistir às forças invasoras, o que constituiu matéria de várias páginas nos livros dos últimos anos do ensino primário, publicados ao longo do Estado Novo. Todavia, a evolução das relações entre Portugal e Espanha durante os anos 30 e primeira metade da década seguinte não exigiram uma qualquer alteração da ênfase ou da rota ideológica do regime salazarista. A defesa da Pátria foi sempre bandeira que o Estado Novo português agitou. No que diz respeito ao território peninsular, isso significava atender à História e manter a integridade territorial metropolitana. Salazar sempre procurou a segurança e a estabilidade política assente numa “amizade com a Espanha”, que se veio a concretizar, reforçando os dois regimes e a sua continuidade por muitos anos. Talvez, por isso, os manuais escolares explorassem a resistência portuguesa às tentativas de dominação espanhola sem acentuarem a inimizade, nem incitarem ao confronto ou à hostilidade para com o país vizinho. Afinal era o único vizinho, além disso ainda era parente, pois aquela gente tinha as mesmas origens étnicas e professava a mesma religião. ◀◀



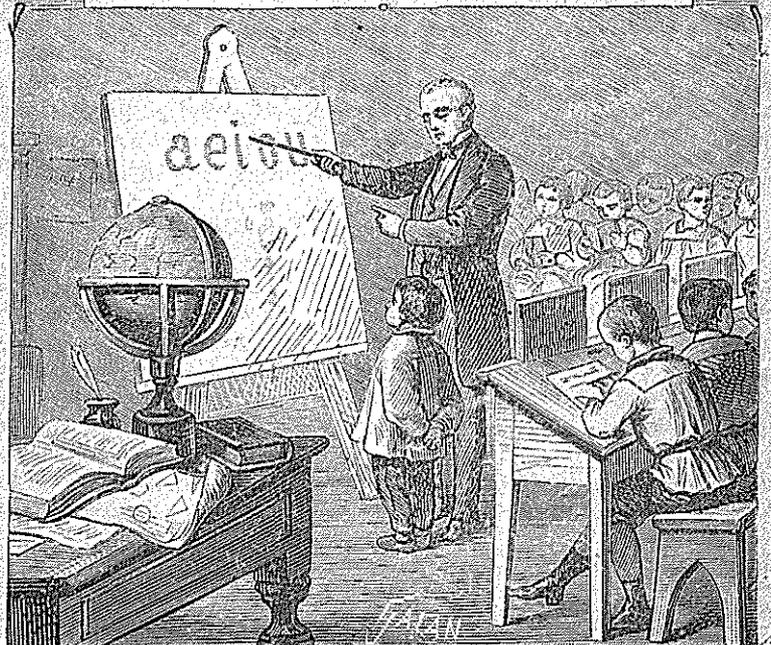
Bibliografia

- BARROS, Tomás de, *Sumário da História de Portugal*, 24ª ed., Porto, Editora Educação Nacional, 1948.
- BENSAÚDE, Jane, *O meu Terceiro Livro*, Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1933.
- BRANCO, António, *Geografia – Portugal Continental, Insular, Ultramarino*, s/d.
- CABREIRA, Estefânia e CABRAL, Oliveira, *Cantinho Florido, livro de leitura para a quarta classe*, Porto: Livraria Simões Lopes de Domingos Barreira, 1933.
- CABREIRA, Estefânia e CABRAL, Oliveira, *O bom amigo, livro de leitura para a primeira classe*, Porto: Livraria Simões Lopes de Domingos Barreira, 1939.
- CABREIRA, Estefânia; CABRAL, Oliveira, *História da Pátria Portuguesa*, Porto: Livraria Simões Lopes de Domingos Barreira.
- Carvalho, Rómulo, *História do Ensino em Portugal. Desde a Fundação da Nacionalidade até o Fim do Regime de Salazar-Caetano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.
- FIGUEIRINHAS, António, *Geografia para a 3ª e 4ª classes do ensino primário elementar*, 1943
- FRANCO, Chagas, *História de Portugal*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, 1938.
- LIMA, Augusto C. Pires de e LIMA, Américo Pires de, *Leituras para o Ensino Primário (Terceira Classe)*, Porto, 1931.
- LIMA, Augusto C. Pires de e LIMA, Américo Pires de, *Leituras para o Ensino Primário (Quarta Classe)*, Porto, 1932.
- Livro de Leitura para a 2ª classe, ensino primário*, Porto: Editora Educação Nacional, 1943.
- Livro de Leitura para a 4ª classe, ensino primário elementar*, Porto: Editora Livraria Educação Nacional, 1932.
- Livro de Leitura para a Terceira Classe, ensino primário elementar*, Porto: Livraria Educação Nacional, 1931.
- Livro de Leitura, 1ª classe*, Porto: Editora Livraria Educação Nacional, s/d.
- MAGALHÃES, Justino Pereira, “Um apontamento para a História do Manual Escolar: entre a produção e a representação” in CASTRO, Rui Vieira de; RODRIGUES, Angelina (org.), *Manuais Escolares: estatuto, funções, história*. Braga: Universidade do Minho, 1999, pp. 279-301.
- MATEUS, Clotilde e CORREIA, J. Diogo, *Leituras para a 3ª classe*, 5ª Edição, Lisboa: Editora Livraria Enciclopédica, 1937.
- MATEUS, Clotilde e CORREIA, J. Diogo, *Leituras para a II classe*, 4ª Edição, Lisboa: Editora Livraria Enciclopédica, s/d.
- MATEUS, Clotilde e CORREIA, J. Diogo, *Leituras para a IV classe*, 3ª Edição, Lisboa: Editora Livraria Enciclopédica, 1937.
- MEDINA, João, “Deus, Pátria, Família: ideologia e mentalidade do Salazarismo” in Medina, João, *História de Portugal. Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, Amadora, Clube Internacional do Livro, 1996.
- MÓNICA, Maria Filomena, *Educação e sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, Presença, 1978.
- MOURA, Alves de; Vieira, Evaristo; Palma, Américo, *Compêndio de Geografia*, 2º ciclo dos liceus, 3º ano, 1951.
- NEVES, Armando, *Geografia para os cursos de aperfeiçoamento industrial*, Porto, Papelaria Avis, 1962.
- O livro da primeira classe*, 6ª Edição, Porto: Editora a Educação Nacional, Lda..
- O livro da segunda classe*, 6ª Edição, Porto: Editora Educação Nacional, 1958.
- O livro de leitura da 3ª classe*, 2ª Edição, Porto: Livraria Editora Figueirinhas, Lda., 1954.
- PIMENTA, Romeu e EVANGELISTA, Domingos, *Livro de Leitura para a 1ª classe*, 2ª Edição, Porto: Editora Educação Nacional, 1934.
- PIMENTA, Romeu e EVANGELISTA, Domingos, *Livro de Leitura para a 2ª classe*, Porto: Domingos Barreira-Editor, 1943.

- PIMENTA, Romeu e EVANGELISTA, Domingos, *Livro de Leitura para a 3ª classe*, Porto: Editora Educação Nacional, 1933.
- ROSAS, Ernâni, *História de Portugal*, Porto, Porto Editora, s/d..
- ROSAS, Fernando, "O Estado Novo" in Mattoso, José, *História de Portugal*, vol VII, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.
- SAMPAIO, J. Salvado, *O Ensino Primário, 1911-1969. Contribuição Monográfica*, Vol. I e Vol. II, Lisboa: Instituto Gulbenkian de Ciência — Centro de Investigação Pedagógica, 1975 e 1976.
- SANTOS, José Maria dos e ABREU, Carlos Alberto Pinto de, *O meu livro de leitura, 1ª classe*, Coimbra, 1933.
- SUBTIL, Manuel; FILIPE, Cruz; ARTUR, Faria; MENDONÇA, Gil, *Leituras, Ensino Primário Elementar, I classe*, 53ª Edição, Lisboa: Livraria Sá da Costa, s/d.
- SUBTIL, Manuel; FILIPE, Cruz; ARTUR, Faria; MENDONÇA, Gil, *Leituras, Ensino Primário Elementar, III classe*, 116ª Edição, Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1960.
- SUBTIL, Manuel; FILIPE, Cruz; ARTUR, Faria; MENDONÇA, Gil, *Leituras, Ensino Primário Elementar, IV classe*, 58ª Edição, Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1947.
- VAIRINHO, J. de Sousa, *Leituras para crianças, 2ª classe*, Lisboa: Edições Paulo Guedes, 1935.
- VAIRINHO, J. de Sousa, *Leituras para crianças, 3ª classe*, Lisboa: Edições Paulo Guedes, 1935.



PROGRAMAS
PRIMERA ENSEÑANZA
HISTORIA DE ESPAÑA
NUEVA EDICIÓN.



Librería de la Vinda de Hernando y C.^ª, Arenal, 11.